

AIDS 2017: TESTAR, TRATAR E AÍ?

PROPOSTAS E PRIORIDADES COM VISTAS AOS GRUPOS DE TRABALHO DO 9º FÓRUM/ONG/AIDS-RJ E CONFERÊNCIAS DE SAÚDE

- 1) Exigir da gestão municipal, estadual e federal mecanismos claros de acesso a recursos públicos para a sustentabilidade das diversas organizações da sociedade civil para ações de enfrentamento a epidemia de HIV/AIDS;
- 2) Realização de um (1) Seminário Estadual Anual interdisciplinar e intersetorial sobre a sustentabilidade da sociedade civil;
- 3) Sobre a política de testar e tratar no Rio de Janeiro é urgente a necessidade de uma avaliação técnica da rede de saúde na Região Metropolitana e sua capacidade de diagnosticar e absorver todos os casos reagentes com agilidade, qualidade, equidade e confidencialidade;
- 4) Sobre a assistência em Aids temos que ter referência no Rio de Janeiro para acolhimento e atendimento de primeira vez para os novos pacientes, entendemos que o êxito no tratamento integral envolve adesão, retenção e confiança no serviço, se faz importante que os novos casos sejam atendidos por equipes multiprofissionais capacitadas para orientar sobre o tratamento antirretroviral e realizar a regulação do paciente sem que haja violação de direitos;
- 5) Exigir um levantamento de dados referente ao abandono do tratamento;
- 6) Se faz urgente uma revisão de protocolo de atendimento clínico de HIV e Aids no Rio de Janeiro tendo em vista que a maioria dos casos hoje são de jovens gays ou HSH. É importante que os serviços da Aids formem equipes interdisciplinares que possam não somente acolher com equidade, fazer tratamento integral com ênfase na dimensão psicológica e social, conforme as demandas apresentadas por este grupo;
- 7) Vivenciamos um quadro crescente de novas infecções por HIV e outras IST no Rio de Janeiro nesse sentido temos que criar um Grupo de Trabalho estadual, intersetorial e interdisciplinar para propor, elaborar, monitorar e avaliar estratégias e demandas esforços com intuito de enfrentar conjuntamente os principais dilemas e desafios na prevenção e na assistência às IST e Aids no estado;
- 8) Passados quatro anos de implementação da porta de entrada para a Assistência em Aids na Atenção Básica do município do Rio de Janeiro, qual a avaliação que se tem sobre adesão, efetividade e integralidade no acesso e no cuidado em Aids?
- 9) Com relação a assistência temos que fazer uma discussão técnica e política e pensar estratégias a curto prazo para se encaminhar as demandas por atendimentos de primeira vez mais. É inaceitável que o tempo de espera por primeira consulta seja superior a 60 dias. A outra questão é sobre atendimento e protocolo clínico. Qual a avaliação que temos sobre o testar e tratar que está sendo implementado no Rio de Janeiro? Temos que avaliar com urgência os protocolos que estão sendo implementados. Se não há rede suficiente e treinada devidamente qual o ganho que temos com o testar?
- 10) Exigimos que os clínicos que estão atendendo e acompanhando pessoas com HIV e Aids passem por capacitação, supervisão e monitoramento técnico regular;

- 11) Conforme dados epidemiológicos e real situação de Aids no Rio de Janeiro exigimos com urgência a pactuação e a implementação imediata da proposta Interfederativa;
- 12) Importante e urgente a retomada de uma política de gestão participativa e articulada com a sociedade civil.
- 13) Exigimos campanhas regulares de prevenção (geral e específicas) no estado além de data de carnaval e dezembro.
- 14) Exigimos materiais de IEC (Informação, Educação e Comunicação) para subsidiar as ações educativas e estratégicas principalmente estimulando oficinas sobre sexo seguro;
- 15) Exigimos a participação da sociedade civil nas políticas de aquisição e disponibilização de insumos (gel, camisinha feminina, masculina e respectivas dimensões);
- 16) Há urgência na definição de um pacto social envolvendo garantias e acesso a direitos sociais das PVHA, tais como, gratuidade no transporte, LOAS, INSS etc. assim como a definição de orientações e repasse de mecanismos para a sua devida efetivação;
- 17) Se faz urgente fazer incidência sobre os peritos do INSS acerca da Assistência e Previdência Social referente aos benefícios destinados a pessoas vivendo com HIV/Aids conforme leis a serem instadas ou em vigor. O laudo médico dos portadores que buscam benefícios deve prevalecer.
- 18) Reforçar e ampliar as Frentes Parlamentares de Aids, Hepatites Virais e Comorbidades nas três esferas de governo e conforme as demandas da Sociedade Civil e das PVHA;
- 19) Exigimos a revisão urgente da disponibilização da Profilaxia Pós Exposição (PEP) no Rio de Janeiro, propondo critérios para facilitar a acessibilidade. A situação de disponibilização da PEP além de precária na rede de emergência, é pouco conhecida pelas equipes de saúde. É importante que haja divulgação ostensiva onde procurar e acessar a PEP para que não ocorra perda de tempo para quem necessita;
- 20) Importante que haja investimento em capacitação com e para a sociedade civil sobre novas abordagens e tecnologias de prevenção. Vivenciamos forte defasagem sobre novos conceitos, tais como prevenção combinada, cura funcional, implementação da PREP, estudos biomédicos, entre outros;
- 21) Urgente capacitação e formação técnica para a sociedade civil sobre PPA/LDO, SICONV e Lei 13.019/2014 (novo Marco Regulatório para o terceiro setor);
- 22) Exigimos capacitação continuada para os ACS (Agentes Comunitárias de Saúde) com ênfase em temas como estigma, preconceito, acolhimentos, confidencialidade, sigilo e bioética em geral em parceria com as organizações da sociedade civil.
- 23) Exigimos a descentralização dos testes rápidos de HIV, Sífilis, Hepatite B e C para todas as unidades de saúde com a capacitação permanente dos enfermeiros para o aconselhamento e disponibilização da benzetacil medicação indicada no protocolo para tratamento da gestante e parceiro.
- 24) Exigimos que os testes de Hepatite B e C, sífilis e Tuberculose sejam requeridos e disponibilizados a todas as pessoas em diagnóstico ou em tratamento de HIV/AIDS;

- 25) Movimento das Mulheres Positivas do Estado Rio de Janeiro requer que seja referendada o documento político de 16.09.2016 sobre o tema Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres Vivendo com HIV, aprovado no Encontro Estadual do MNCP-RJ, edição 2016.